

EVOLUÇÃO E ESTÁGIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: O CASO DAS REGIÕES DO PARANÁ¹

*Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt²
Jandir Ferrera de Lima³*

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar o perfil e o estágio de desenvolvimento econômico regional das regiões do Estado do Paraná. Para isso, foi elaborado um Índice de Desenvolvimento Regional utilizando-se variáveis econômicas e sociais. Os resultados mostraram que a microrregião de Curitiba se desenvolveu em um ritmo mais acelerado que as demais regiões paranaenses, com exceção da microrregião de Paranaguá, que obteve uma variação do nível de desenvolvimento maior que a de Curitiba. As regiões classificadas como avançadas no estágio de desenvolvimento econômico regional não se alteraram entre 2000 e 2007. As regiões classificadas como em transição diminuiu aumentando o número de regiões classificadas como retardatárias, em função do ritmo mais acelerado de desenvolvimento da microrregião de Curitiba.

Palavras-Chave: Economia Paranaense. Economia Regional. Desenvolvimento Econômico.
JEL: R11, R58, 054

STAGE OF REGIONAL ECONOMIC DEVELOPMENT OF THE PARANÁ STATE REGIONS IN BRAZIL

ABSTRACT

This paper analyze the profile and the stage of Regional Economic Development of the Paraná State in Brazil, including its Regions, between 2000 and 2007. For this, we constructed an index of regional development with economic and social indicators. The Regions classified as advanced were the same in both periods: Paranaguá, Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu and Toledo. Regions classified as in transition have reduced from fifteen in 2000 to eight in 2007. This caused an increase in the number of regions classified as laggards, according to the accelerated pace of development in the region of Curitiba city.

Key words: Paraná State Economy. Regional Economy. Economic Development.
JEL: R11, R58, 054

¹Baseado em pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação Araucária (PR).

²Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Bacharel em Ciências Econômicas pela UNIOESTE/Campus de Toledo. Foi bolsista da CAPES e do CNPQ. E-mail: pauloerberhardt@yahoo.com.br

³Ph.D. em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (UQAC)/Canadá. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Pesquisador e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), da Fundação Araucária (PR), do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) e do CRDT (Canadá). E-mails: jandir.lima@unioeste.br ou jandirbr@yahoo.ca

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar o perfil e o estágio do desenvolvimento econômico regional no Estado do Paraná, abrangendo as suas microrregiões, no período início do século XXI, precisamente os anos de 2000 e 2007. O grau de desenvolvimento socioeconômico regional pode ser estimado e detectado através do Índice de Desenvolvimento Regional, tendo como referência os estudos de Gualda (1995) e Oliveira (2005). Para isso, foi feito um estudo sobre o perfil de indicadores econômicos e sociais em algumas microrregiões do Paraná e como estes afetaram o Indicador de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR) das microrregiões.

No final do século XX, especificamente no ano de 1999, a mesorregião Metropolitana de Curitiba (RMC) concentrava quase 40% do PIB de todo o Estado do Paraná. Essa concentração aumentou no ano de 2006. A RMC atraiu tanto capital quanto força de trabalho, estimulando investimentos, o aumento da produção de bens e serviços com maior valor agregado e a oferta de empregos. No entanto, se a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) fortaleceu seu setor industrial e de serviços, as mesorregiões Centro-Occidental e Sudeste não conseguiram o mesmo feito, obtendo nona e décima posições, respectivamente, no *ranking* das regiões mais ricas do Paraná em termos de Produto Interno Bruto (PIB) (VIANA, 2010).

Entre 1999 e 2006, as quatro primeiras posições permanecem com as mesmas mesorregiões: Metropolitana de Curitiba, Norte Central, Oeste e Centro-Oriental, respectivamente. Isso mostra que apenas as mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Centro-Oriental tiveram uma taxa geométrica de crescimento acima da média do Estado. As duas últimas posições na classificação do Produto Interno Bruto para 1999 ficaram com as mesorregiões Centro-occidental e Sudeste, o que se repetiu no ano de 2006 e ainda com queda da participação de cada uma dessas mesorregiões no total do Estado (VIANA, 2010).

Os dados citados das mesorregiões paranaenses são de crescimento econômico, porém o desenvolvimento econômico regional envolve um conjunto mais amplo de variáveis, desde econômicas a sociais. Por isso, sabendo-se de tais disparidades econômicas e conhecendo os potenciais produtivos de cada região, podem-se elaborar políticas de desenvolvimento com o intuito de extrair o máximo do potencial de cada área, principalmente das menos desenvolvidas, a fim de diminuir as disparidades inter e intra regionais do Estado do Paraná. Porém, isso coloca alguns questionamentos: Quais as regiões com o desenvolvimento econômico regional mais avançado no Paraná? Qual o perfil das desigualdades regionais no Paraná? Assim, esse estudo fornece elementos para se compreender os obstáculos que impedem maior desenvolvimento das regiões paranaenses que se destacam pelo baixo nível de progresso socioeconômico.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: ASPECTOS TEÓRICOS

As teorias sobre desenvolvimento econômico surgiram apenas no século XX. Inicialmente, os governos tinham como objetivo apenas crescimento econômico, com a premissa de que este por si só geraria desenvolvimento. Porém, o desenvolvimento socioeconômico é caracterizado não apenas pelo crescimento econômico, ou seja, a expansão do produto da economia, o qual também faz parte do desenvolvimento, mas por melhorias nas condições de vida da população, tais quais acesso a emprego, moradia, saneamento e lazer, entre outros. Por isso, na metodologia foram utilizadas variáveis que refletem essas melhorias.

A concepção de desenvolvimento, em seu conceito mais amplo, envolve o bem estar geral da sociedade. Por isso, a produção per capita se torna relevante pela necessidade de mensurar a produtividade dos habitantes da região, porém, o grau de instrução, a capacidade associativa, o pertencimento, o empreendedorismo e a distribuição de renda também são imperativos para garantir mudanças quantitativas e qualitativas nas economias regionais, e, conseqüentemente, avançar no estágio do desenvolvimento econômico (HADDAD, 2009). Cabe ressaltar que o desenvolvimento econômico não é um processo espontâneo, ele necessita de planejamento, que está diretamente associado ao propósito dos governos, ou seja, à intervenção do Estado na economia regional (FONSECA, 2006).

Da mesma forma, Pelinski (2007), indica a importância dos investimentos do Estado no desenvolvimento econômico dos municípios e regiões periféricas. Quanto maior o investimento, maiores serão as condições para o município se desenvolver, porém, o montante investido atinge um nível no qual o município se desenvolve a taxas decrescentes. Isso significa que quanto mais desenvolvida a região, maiores quantias de dinheiro gerarão cada vez taxas menores de desenvolvimento.

Enquanto Pelinski (2007) mostra a influência dos gastos do Estado no desenvolvimento econômico das regiões, Piacenti (2009) enfoca o potencial de desenvolvimento endógeno das regiões. Ou seja, a atuação dos agentes econômicos da própria região, aliado aos capitais humano e social e na diferença que eles exercem para o desenvolvimento econômico e social.

Os estudos de Pelinski (2007) e Piacenti (2009) corroboram com o estudo clássico de Perroux (1977), para o qual as regiões não se desenvolvem ao mesmo tempo, nem da mesma forma, nem na mesma intensidade. O desenvolvimento econômico é localizado e envolve o surgimento de atividades econômicas motrizes, ou seja, capazes de estimular outras atividades e transformar todo o conjunto da economia.

Já para Furtado (2000) a ideia de desenvolvimento econômico refere-se a um processo de transformação que conduz a melhorias de renda, mas também nas estruturas sociais. Transformações no modo de produção, com a introdução de inovações, mais eficazes, a fim de gerar maior oferta de bens e serviços à disposição da população, mas também fortalecendo as condições de mobilidade entre as classes sociais através da distribuição da renda.

Frente a essas constatações é possível se indagar sobre o mecanismo ou qual o caminho a se tomar para se alcançar o desenvolvimento econômico. Por exemplo, Nojima

(2008) ressalta a importância da geografia no que se refere às tendências de crescimento e pobreza das regiões. Indiferente à geografia, para Rostow (1978) há seis etapas para o desenvolvimento econômico. Para o autor, a sociedade passa por transformações desde a 1ª etapa, a sociedade tradicional, até a última etapa, uma era pós consumo em massa. Essas etapas criam várias modificações na sociedade, tais como mudanças sociais e políticas.

Quadro 1 – Etapas do desenvolvimento econômico segundo Walt Whitman Rostow

| | |
|---------------------------------|--|
| A Sociedade Tradicional | Estrutura se expande dentro de funções limitadas. Há um teto no nível alcançável de volume da produção. |
| As Pré-condições para o arranco | Transformações que afetam e alteram o modo de produção, a estrutura social e o sistema político, assim como as técnicas de produção. |
| O arranco | O modo de produção e o progresso econômico envolvem toda a sociedade. |
| A marcha para a maturidade | A economia se modifica incessantemente com o aperfeiçoamento das técnicas e surgem novos ramos industriais. Aumentam-se os produtos locais e a base de exportação. |
| A Era do consumo em massa | A renda per capita se eleva, assim como a qualificação da mão-de-obra. |
| Para além do consumo | Estágio em que as pessoas não se sentirão motivadas para aumentar ainda mais sua renda. |

Fonte: Rostow (1978)

Nas fases iniciais de desenvolvimento econômico das regiões, há que se ter mudanças estruturais de ordem econômica para viabilizar a sustentabilidade do crescimento, aumentando a produtividade, elevando a renda de quem trabalha e da região com um todo. Para a região realmente ser caracterizada como desenvolvida, ela deve estar provida de mecanismos suficientes para erradicar a pobreza, diminuir as desigualdades de renda, assim como os índices de violência e poluição.

A divisão do desenvolvimento econômico em etapas ou estágios surge da complexidade para as regiões crescerem de modo sustentável e criar as bases necessárias para atingir o próximo estágio. Esse modelo de desenvolvimento não deve ser posto em andamento em detrimento de sua população, diminuindo suas liberdades e interferindo em sua cultura. O desenvolvimento deve trazer melhorias no modo de viver desta.

Rostow (2010) usa o termo decolagem para o momento em que um País obtém aumento na renda real per capita, que as taxas de investimento se elevam para acima da depreciação e os altos lucros de indústrias importantes são reinvestidos no aumento da capacidade produtiva, o que tem como consequência um contínuo aumento na renda real per capita e trará ao País um processo de crescimento sustentável.

Kuznets (1983,1985, 1986) e Hirschman (1961) criticam as idéias de Rostow (1978; 2010) e afirmam que o crescimento econômico das regiões está atrelado também ao crescimento das outras regiões, pois as regiões não coexistem sozinhas e sim associadas umas as outras. Esses seriam os aspectos internacionais do crescimento econômico. O desenvolvimento econômico regional é interdependente. As regiões retardatárias passam por um momento não espontâneo de desenvolvimento, ou seja, elas forçam o desenvolvimento econômico espelhadas nas regiões nas quais o processo de desenvolvimento primeiramente se

verificou. Por isso, as regiões retardatárias sofrem o efeito de forças centrípetas oriundas de regiões mais avançadas, o que pode retardar seu processo de avanço. Conforme salienta Oliveira (2005) e Andrade (1987), sobre os efeitos da força centrípeta para o desenvolvimento, a instalação de indústrias em uma região atrai investimentos em infraestrutura, principalmente em transportes. Além dos investimentos em infraestrutura, determinadas indústrias também atraem outras indústrias complementares a ela. Os investimentos nessas indústrias elevam a renda per capita da região, aumentando o fluxo de imigrantes em direção a essa região em busca de melhores condições de vida. As indústrias, além de serem importantes na geração de emprego, também devem transferir à população uma renda que propicie aos habitantes uma vida com o mínimo de habitação, vestuário, alimentação e lazer.

Frente ao exposto, Oliveira (2005) afirma que o perfil da desigualdade regional significa que as forças centrípetas se sobrepõem às forças centrífugas, ou seja, as regiões que possuem maior poder de atração de mão-de-obra e investimentos possuem maior desenvolvimento que as regiões que possuem maior poder de repulsão.

Haddad (2009) também critica Rostow (1978) ao lembrar que há elementos tangíveis e intangíveis que estimulam as forças centrípetas e centrífugas, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico regional.

A região que aproveitar melhor os capitais intangíveis e tangíveis terá condições para promover as melhorias econômicas e sociais necessárias para sua população usufruir de boa qualidade de vida. O uso racional e eficiente de todos os tipos de capitais disponíveis na região a colocará no caminho rumo ao desenvolvimento.

No sentido oposto ao modelo de estágios de desenvolvimento econômico proposto por Rostow (1978), Furtado (1983) diz que o modo de dividir o processo de desenvolvimento em fases é simplista e é uma forma de tratar o tema com uma abordagem meramente descritiva.

Para Furtado (1983) o desenvolvimento econômico é um processo histórico, sendo assim, não existe uma receita para todas as nações seguirem para atingirem tal nível de prosperidade. O autor critica mais especificamente as etapas de Rostow (1978), sob o argumento de que este apenas descreve sobre as etapas, não expandindo sua análise a como uma nação evolui para as etapas posteriores, ou seja, não indica quais os mecanismos a nação tem a seu dispor para avançar no seu desenvolvimento.

Além disso, segundo Sachs (2002), a geografia, os sistemas sociais e os retornos dos investimentos, que tanto podem ser em forma de novas infraestruturas como na forma de inovações, de estímulo ao progresso. Nos ambientes em que esses três elementos não são favoráveis, o progresso e o desenvolvimento econômico são explicados pelo avanço de um conjunto de melhorias sociais e econômicas que fortalecem elementos intangíveis. Por isso, o processo de desenvolvimento econômico não se resume apenas a uma etapa, mas num conjunto de avanços nas condições econômicas e sociais, que se refletem na urbanização, no acesso às melhorias no padrão de vida da sociedade e no aumento da riqueza. Portanto, mensurar os avanços da região rumo ao progresso e ao desenvolvimento implica em mensurar aspectos sociais e econômicos.

MENSURAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: ASPECTOS METODOLÓGICOS

A estimativa do Indicador de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR) utilizada nessa análise foi proposta por Gualda (1995). O autor usou dados sociais e econômicos e seu impacto sobre a dinâmica regional para estimar o perfil do desenvolvimento econômico regional. Além do estudo de Gualda (1995), também foi utilizado o estudo de Oliveira (2005) como base metodológica.

A área dessa análise foram as 39 microrregiões pertencentes ao Estado do Paraná. As microrregiões geográficas são conjuntos de municípios contíguos e foram definidas como partes das mesorregiões com especificidades na organização do espaço, tais como o ambiente natural, as relações sociais e econômicas. (IBGE, 1990). O período de análise foram os anos 2000 e 2007.

A partir dos dados levantados de cada microrregião paranaense foi construído o Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR). Como o IDR mostra o perfil e o grau de dinamismo de cada microrregião em relação ao desempenho médio estadual, ele demonstra se uma microrregião é dinâmica ou retardatária no processo de desenvolvimento econômico regional do conjunto macrorregional.

O Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR) foi construído a partir de indicadores econômicos e sociais e sintetiza o estágio dos Estados quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico. Para a formulação do IDR foi dado peso maior para o indicador econômico, pois a microrregião com melhor situação econômica possui maiores condições para investir em áreas como saneamento (água tratada e tratamento de esgoto), educação e gestão ambiental, sem contar na capacidade de gerar empregos e assim, melhorar seu indicador social.

O cálculo do IDR utiliza as variáveis expostas no Quadro 02:

Quadro 2 – Variáveis do Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR)

| Indicador Social (IS) | Indicador Econômico (IE) |
|---|---|
| População urbana | Emprego Formal Total |
| População rural | Arrecadação de ICMS |
| Saneamento básico (Água e esgoto) | Produto Interno Bruto (PIB) total |
| Despesas Municipais com Educação | Consumo de energia elétrica por setor econômico (Mwh) |
| Consumo de energia elétrica residencial (Mwh) | Fundo de Participação dos Municípios (FPM) |
| Despesas Municipais com Gestão Ambiental | PIB per capita |
| Despesas Municipais com Desporto e Lazer | IPVA arrecadado |

Fonte: IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Iparde: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; Sanepar: Companhia de Saneamento do Paraná; Copel: Companhia de Energia Elétrica do Paraná; RAIS: Relação Anual de Informações Sociais e Ministério da Fazenda.

Nota: Dados financeiros em R\$ de 2000.

Os indicadores expostos no quadro 2 refletem as condições de vida gerais da sociedade. Com a melhora no desempenho dos indicadores econômicos, o Estado possuirá mais receitas fiscais para investir e melhorar os indicadores sociais. Por exemplo,

investimentos em educação e saúde melhoram o desempenho do capital humano, em reflexos na produtividade dos trabalhadores. Com o aumento da produtividade dos trabalhadores, estes adquirirão maiores rendas. Com indústrias aumentando sua produção e empregando uma parcela maior de mão-de-obra, o governo poderá utilizar essa maior arrecadação de impostos para ampliar o sistema de saneamento e esgoto, assim como aumentar a qualidade dos sistemas de educação e saúde.

O procedimento para estimar o IDR é executado a partir de quatro etapas:

- Participação de cada microrregião em relação ao total do Estado;
- Construção dos índices parciais de cada variável;
- Construção de indicadores sociais e econômicos;
- Elaboração do Índice de Desenvolvimento Regional.

Quadro 3 – Índices e Variáveis que Compõem o Indicador de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR)

| Índices: | Variáveis: |
|--|--|
| $Part. = \frac{W_i}{\sum W_i}$ | <p>W_i é o valor da microrregião para a variável. $\sum W_i$ corresponde ao valor total do Estado.</p> |
| $IPWi = \frac{W_i - V_{\min}}{W_{\max} - V_{\min}}$ | <p>IPW_i: índice da variável W da microrregião i; W_i é a participação da variável W da microrregião i; W_{\min} corresponde à participação da microrregião com o menor valor; W_{\max} é a participação da microrregião que apresenta o maior valor.</p> |
| $IS_i = (IPU \times 0,1 + IPR \times 0,1 + ICE \times 0,1 + IAE \times 0,3 + DGA \times 0,1 + DDL \times 0,2 + DED \times 0,1)$ | <p>IS_i = Indicador Social da microrregião i; IPU = Índice da Participação da População Urbana da microrregião i; IPR = Índice da Participação da População Rural da microrregião i; ICE = Índice do Consumo de Energia Elétrica residencial da microrregião i. IAE = Índice das unidades abastecidas com água/Esgoto da microrregião i; DGA: Despesas com Gestão Ambiental; DDL: Despesas com desporto e lazer; DED: Despesas com Educação.</p> |
| $IE_i = (IPIB \times 0,2 + IEMP \times 0,2 + ICMS \times 0,2 + FPM \times 0,1 + ICES \times 0,1 + IPIBper \times 0,1 + IPVA \times 0,1)$ | <p>IE_i = Indicador Econômico da microrregião i; $IPIB$ = Índice da Participação do Produto Interno Bruto da microrregião i; $IEMP_i$ = Índice da Participação do emprego total da microrregião i; $ICMS_i$ = Índice da Participação da Arrecadação do ICMS da microrregião i; FPM = Índice do Fundo de participação dos municípios da microrregião i; $ICES$ = Índice do Consumo de energia elétrica setorial da microrregião i; $IPIB$ per: Índice do PIB per capita da microrregião i; $IPVA$: Índice do IPVA arrecadado.</p> |
| $IDR_i = (IS_i \times 0,4) + (IE_i \times 0,6)$ | |

Fonte: Adaptado de Gualda (1995)

O Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR) é construído com base na região que apresenta o maior valor para cada variável. O indicador parcial que cada região auferir em cada variável está atrelado à microrregião com maior valor. Isso significa que, se uma região aumentou seu índice em relação ao período anterior, esta região obteve aumento proporcional maior que a região que obteve o maior valor para aquela variável.

As microrregiões que aumentaram seu IDR em relação ao período anterior se desenvolveram em um ritmo superior à microrregião mais desenvolvida.

De acordo com a classificação proposta, as regiões que apresentaram IDR superior a 0,1 serão consideradas avançadas, ou seja, apresentam uma dinâmica suficiente da sua base produtiva com potencial competitivo e de consumo. Para Melo (2002) essas regiões devem usar de políticas públicas para consolidar esse nível de desenvolvimento. As regiões que apresentaram IDR entre 0,050 e 0,099, foram considerados em transição, ou seja, apresentam uma estrutura econômica e social em evolução que faz com que sua dinâmica de crescimento seja menor que as regiões avançadas. Por fim, as regiões com IDR abaixo de 0,050 foram consideradas retardatárias, pois encontram dificuldades em atrair e reter recursos, o que dificulta seu processo de desenvolvimento econômico.

Quadro 4 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (Idr)

| | |
|-----------------------------|---------------|
| $IDR \geq 0,1$ | Avançadas |
| $0,050 \leq IDR \leq 0,099$ | Em transição |
| $IDR \leq 0,049$ | Retardatárias |

Fonte: Gualda (1995)

Com o melhoramento dos indicadores econômicos, a região possuirá recursos para melhorar os indicadores sociais. Pela lógica, com o aumento da produtividade dos trabalhadores eles auferirão maiores rendas poderão despender mais com consumo. Mais consumo e as firmas aumentando sua produção de bens e serviços e empregando uma parcela maior de mão-de-obra, significa maior receita tributária para o Estado, que poderá ampliar seus gastos em melhorias sociais e econômicas. Já os indicadores sociais retratam a situação social da região e permitem conhecer o seu nível de desenvolvimento social.

EVOLUÇÃO E ESTÁGIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL NAS MICRORREGIÕES DO PARANÁ

A partir da construção dos indicadores sociais e econômicos para os dois períodos (2000 e 2007), foi possível analisar o desempenho das microrregiões do Paraná e descobrir quais variáveis ganharam ou perderam dinamismo e influenciaram no estágio do desenvolvimento econômico regional.

O indicador social demonstrou que em todas as variáveis sociais utilizadas, a microrregião de Curitiba apresentou o melhor desempenho dado que o seu indicador foi superior em ambos os períodos. A microrregião de Curitiba em 2007 não só permaneceu na

primeira posição como também foi a mais dinâmica em relação às demais microrregiões do Estado.

Por exemplo, todas as microrregiões apresentaram queda no indicador da variável população urbana, demonstrando que a população urbana da microrregião que obteve o primeiro lugar, Curitiba, apresentou aumento percentual superior às demais microrregiões. Isso indica que esta microrregião concentrou um número maior de população urbana em 2007 do que no período anterior, o ano de 2000. As microrregiões de Cornélio Procópio, Goioerê e Faxinal e Florai perderam população urbana em termos absolutos. Isso reflete o poder de atração que a microrregião de Curitiba exerce sobre as regiões menos desenvolvidas. Assim, com o aumento em sua população urbana em 16,06%, Curitiba aumentou o número de residências atendidas com água e esgoto numa proporção maior, 31,36%. Essa polarização da microrregião de Curitiba sobre as outras regiões também é observada em outras variáveis. As despesas municipais com educação se elevaram 11,76% em 2007 em relação a 2000, o aumento percentual só não é maior que o observado na microrregião de Paranaguá, que aumentou 19,83%.

A única variável social em que as microrregiões alcançaram um crescimento percentual superior à microrregião de Curitiba foi consumo residencial de energia elétrica. O consumo maior de energia nas residências pode ser consequência da maior renda auferida pela população dessas microrregiões, que aumentaram o consumo por eletrodomésticos. Isso sinaliza que o consumo de energia residencial está se dispersando por todo o território paranaense indicando o acesso das famílias as comodidades da vida moderna. A melhoria no perfil de consumo de energia residencial nas microrregiões periféricas do Paraná diminuiu a concentração do consumo de energia na microrregião de Curitiba.

Já as microrregiões que conseguiram diminuir sua diferença em relação à microrregião de Curitiba no indicador social foram Paranaguá e Pato Branco. Pato Branco melhorou seu indicador social graças ao aumento percentual maior que a microrregião de Curitiba no número de unidades atendidas por água e esgoto, consumo de energia residencial e despesas municipais com gestão ambiental. O aumento no número de residências atendidas com água e esgoto na microrregião de Pato Branco superou o aumento da população total, o que significa que o déficit de residências que não possuem água e esgoto diminuiu. E Paranaguá incrementou seu indicador social com aumento percentual superior à microrregião de Curitiba em variáveis como despesas municipais com educação e consumo de energia residencial. O aumento percentual da microrregião de Paranaguá no indicador social no ano de 2007 foi de 3,96% em relação ao ano de 2000. Apesar dessa melhora no indicador social, a microrregião de Paranaguá apresentou indicadores econômicos significativamente superiores aos indicadores sociais. O aumento no indicador econômico de Paranaguá no ano de 2007 foi 7,21% em relação ao indicador econômico no ano de 2000. As principais variáveis em que Paranaguá se destacou, se desenvolvendo em uma proporção maior que Curitiba foram consumo de energia setorial, em que aumentou em 37,3%, enquanto o aumento na microrregião de Curitiba foi de 6,5% e a aumento médio do Estado do Paraná foi 33,28%. O PIB de Curitiba de elevou no período 33,20% enquanto o de Paranaguá de elevou 70,69%. Os aumentos na população urbana foram de 16,06% em Curitiba e de 5,12% em Paranaguá, isso fez com que o PIB per capita de Paranaguá se elevasse 63,71% de 2007 em relação a 2000, o que o torna o maior do Estado. No mesmo período, o aumento do PIB per capita de Curitiba foi de 15,78%.

Tabela 1 – Indicadores Econômico e Social das Microrregiões do Paraná -2000 e2007

| Microrregião | Social | | Ranking | Microrregião | Econômico | |
|-------------------|--------|-------|---------|-------------------|-----------|-------|
| | 2000 | 2007 | | | 2000 | 2007 |
| Curitiba | 1,000 | 1,000 | 1° | Curitiba | 0,989 | 0,955 |
| Londrina | 0,279 | 0,204 | 2° | Londrina | 0,192 | 0,172 |
| Cascavel | 0,206 | 0,180 | 3° | Paranaguá | 0,150 | 0,161 |
| Foz do Iguaçu | 0,254 | 0,163 | 4° | Maringá | 0,146 | 0,132 |
| Toledo | 0,256 | 0,154 | 5° | Ponta Grossa | 0,131 | 0,123 |
| Maringá | 0,177 | 0,148 | 6° | Foz do Iguaçu | 0,161 | 0,118 |
| Guarapuava | 0,171 | 0,148 | 7° | Cascavel | 0,123 | 0,114 |
| Ponta Grossa | 0,137 | 0,125 | 8° | Toledo | 0,129 | 0,113 |
| Francisco Beltrão | 0,132 | 0,097 | 9° | Guarapuava | 0,101 | 0,086 |
| Paranavaí | 0,096 | 0,090 | 10° | Apucarana | 0,092 | 0,079 |
| Umuarama | 0,113 | 0,088 | 11° | Paranavaí | 0,072 | 0,063 |
| Campo Mourão | 0,087 | 0,078 | 12° | Francisco Beltrão | 0,071 | 0,062 |
| Paranaguá | 0,073 | 0,076 | 13° | Campo Mourão | 0,080 | 0,060 |
| Apucarana | 0,077 | 0,069 | 14° | Umuarama | 0,069 | 0,057 |
| Pato Branco | 0,064 | 0,067 | 15° | Jaguariaíva | 0,094 | 0,055 |
| Telêmaco Borba | 0,062 | 0,060 | 16° | Astorga | 0,062 | 0,054 |
| Prudentópolis | 0,061 | 0,059 | 17° | Pato Branco | 0,062 | 0,053 |
| Ivaiporã | 0,070 | 0,056 | 18° | Telêmaco Borba | 0,061 | 0,049 |
| Astorga | 0,067 | 0,051 | 19° | Palmas | 0,073 | 0,049 |
| Goioerê | 0,064 | 0,048 | 20° | Cianorte | 0,052 | 0,048 |
| Cornélio Procópio | 0,065 | 0,045 | 21° | Cornélio Procópio | 0,059 | 0,046 |
| Cianorte | 0,059 | 0,042 | 22° | Rio Negro | 0,055 | 0,039 |
| União da Vitória | 0,065 | 0,041 | 23° | União da Vitória | 0,040 | 0,035 |
| Rio Negro | 0,041 | 0,037 | 24° | Goioerê | 0,049 | 0,032 |
| Capanema | 0,056 | 0,036 | 25° | Lapa | 0,034 | 0,030 |
| Pitanga | 0,040 | 0,034 | 26° | Jacarezinho | 0,043 | 0,029 |
| Jacarezinho | 0,035 | 0,033 | 27° | Floraí | 0,050 | 0,028 |
| Irati | 0,042 | 0,033 | 28° | Porecatu | 0,041 | 0,027 |
| Palmas | 0,036 | 0,032 | 29° | Ivaiporã | 0,033 | 0,027 |
| Wenceslau Braz | 0,032 | 0,030 | 30° | Capanema | 0,034 | 0,025 |
| Jaguariaíva | 0,033 | 0,029 | 31° | Irati | 0,024 | 0,025 |
| Assaí | 0,024 | 0,023 | 32° | São Mateus do Sul | 0,035 | 0,020 |
| Ibaiti | 0,022 | 0,020 | 33° | Ibaiti | 0,020 | 0,020 |
| São Mateus do Sul | 0,022 | 0,020 | 34° | Wenceslau Braz | 0,017 | 0,017 |
| Porecatu | 0,022 | 0,018 | 35° | Assaí | 0,020 | 0,016 |
| Lapa | 0,018 | 0,016 | 36° | Prudentópolis | 0,023 | 0,015 |
| Faxinal | 0,016 | 0,011 | 37° | Faxinal | 0,018 | 0,014 |
| Cerro Azul | 0,010 | 0,010 | 38° | Pitanga | 0,010 | 0,008 |
| Floraí | 0,020 | 0,007 | 39° | Cerro Azul | 0,009 | 0,007 |

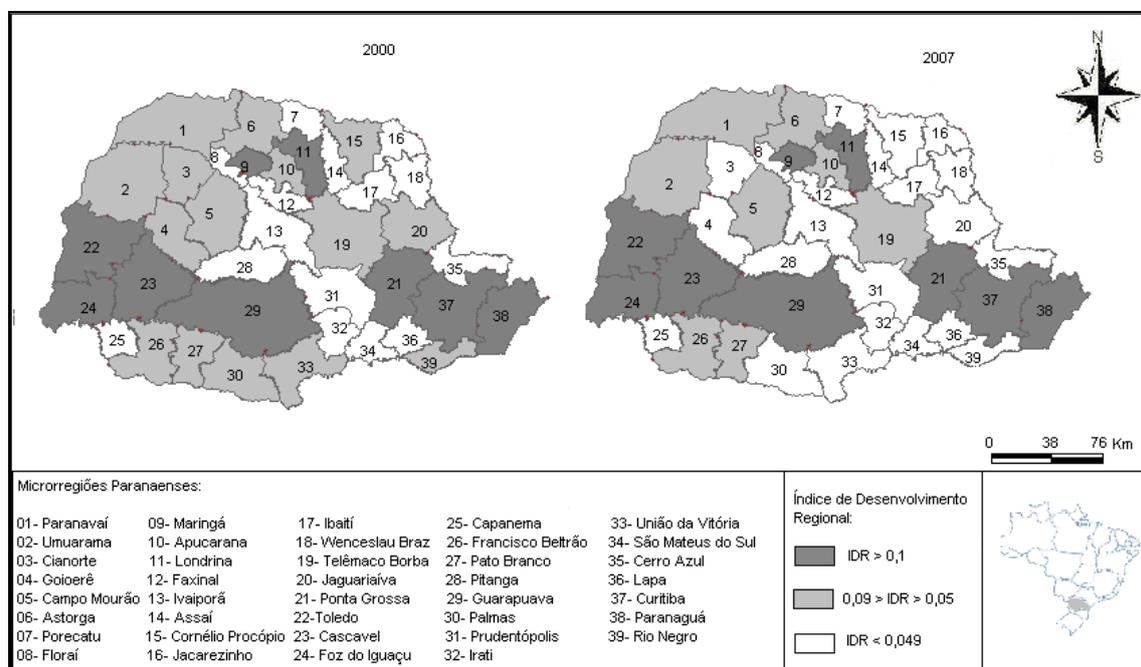
Fonte: Resultados da pesquisa.

O indicador econômico apresentou concentração maior no entorno da microrregião de Curitiba, diferente do indicador social. A microrregião de Curitiba não figura na primeira posição na variável PIB per capita, ocupada pela microrregião de Paranaguá em ambos os períodos. Em variáveis como consumo de energia setorial (rural, industrial e comercial), emprego formal e arrecadação de IPVA, várias microrregiões apresentaram aumento percentual superior à microrregião de Curitiba.

A única microrregião que apresentou elevação em seu indicador econômico foi Paranaguá (aumento de 6,42%), que obteve melhoras significativas nas variáveis consumo de energia setorial, fundo de participação dos municípios, Produto Interno Bruto, arrecadação de IPVA e na variável PIB per capita que apresentou o maior valor dentre todas as microrregiões do Paraná, em ambos os períodos.

O Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR) foi construído a partir dos indicadores econômico e social e sintetiza o estágio das microrregiões paranaenses quanto ao seu desenvolvimento. Para a formulação do IDR foi dado peso maior para o indicador econômico, pois a microrregião com melhor situação econômica possui maiores condições para investir em áreas como saneamento (água tratada e tratamento de esgoto) educação e gestão ambiental, sem contar na capacidade de gerar empregos e assim, melhorar seu indicador social.

Figura 1 – Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR) das Microrregiões do Paraná – 2000 e 2007



Fonte: Resultados da pesquisa

Na comparação do IDR dos anos 2000 e 2007 (Figura 1) não há modificações entre as microrregiões consideradas avançadas, sendo essas consideradas microrregiões avançadas. As microrregiões avançadas totalizaram nove entre as trinta e nove microrregiões do Estado, em ambos os períodos. Apesar das microrregiões avançadas permanecerem com a mesma posição, seu indicador diminui de magnitude entre os anos de 2000 para 2007. Isto significa que a microrregião de Curitiba melhorou seus indicadores econômicos e sociais em um nível porcentual maior que as demais microrregiões avançadas. À exemplo do indicador econômico, a microrregião de Paranaguá foi a única em que seu IDR aumentou. Com isso, Paranaguá conseguiu diminuir sua diferença em relação à microrregião de Curitiba, principalmente no quesito econômico, com aumentos significativos em seu PIB do setor secundário.

As microrregiões que foram consideradas em transição, tiveram redução, de um número de quinze no ano de 2000 para oito no ano de 2007. As demais sete microrregiões tiveram queda em seu IDR, sendo classificadas no ano de 2007 de microrregiões retardatárias.

O número de microrregiões consideradas retardatárias aumentou, principalmente, por consequência da concentração econômica que gira em torno da microrregião de Curitiba.

As microrregiões consideradas avançadas obtiveram mudanças estruturais, em especial na parte econômica, que fazem parte das etapas de desenvolvimento de Rostow (1978). Essas microrregiões passaram por diversas transformações, que acabaram por atrair investimentos que proporcionassem um nível de infraestrutura compatível com um crescimento sustentável. Essas microrregiões se tornaram pólos em suas regiões, o que faz com que elas tenham suas forças centrípetas atuando de forma a atrair mais investimentos e também contingentes populacionais vindas das microrregiões menos desenvolvidas. Por outro lado, a principal característica das microrregiões denominadas retardatárias foram os movimentos populacionais, nesse caso o das populações urbanas e rurais migrando para as microrregiões mais desenvolvidas.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi identificar e analisar o estágio de Desenvolvimento Econômico Regional das microrregiões paranaenses e examinar o perfil das desigualdades regionais. Para isso, foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR) dos anos de 2000 e 2007 das microrregiões paranaenses.

Com o uso de variáveis sociais e econômicas foi construído o Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR). A partir da estimativa do IDR para foi possível mensurar o nível de Desenvolvimento das microrregiões paranaenses nos anos de 2000 e 2007.

O Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDR) foi aplicado para as 39 Microrregiões pertencentes ao Estado do Paraná. Foram utilizadas 14 variáveis (sete sociais e sete econômicas).

As variáveis econômicas refletiram o nível de crescimento econômico atingido pela microrregião, porém, elas não são suficientes para determinar se uma região é desenvolvida ou não. Por isso, foram adicionadas ao modelo variáveis que mostraram o nível de desenvolvimento social das microrregiões. A partir da junção das variáveis econômicas e sociais foi então possível determinar o estágio de Desenvolvimento Econômico Regional.

Os resultados mostraram a desigualdade existente entre as microrregiões paranaenses, principalmente no indicador econômico. O IDR apontou que a microrregião de Curitiba está se desenvolvendo em um ritmo maior em relação às outras microrregiões do Paraná. A exceção é a microrregião de Paranaguá, que aumentou de forma significativa seu IDR em 2007.

As microrregiões que conseguiram um IDR classificado como avançado, foram as mesmas nos dois períodos (2000 e 2007): Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. Apesar dessas microrregiões se manterem um IDR classificado avançado, em 2007 o montante do índice caiu em relação ao ano de 2000. Isto significa que apesar de serem consideradas avançadas, elas estão se desenvolvendo em um ritmo mais lento do que a microrregião de Curitiba.

Das microrregiões consideradas em transição, no ano de 2007, as microrregiões de União da Vitória, Cianorte, Goioerê, Cornélio Procópio, Rio Negro, Jaguariaíva e Palmas obtiveram queda em seu IDR para um valor abaixo de 0,049, regredindo do perfil de transição para retardatárias em 2007. Essas microrregiões perderam dinamismo porque não conseguiram acompanhar, proporcionalmente, as outras microrregiões em quesitos como despesas municipais com educação, urbanização e PIB per capita.

As microrregiões consideradas retardatárias, que apresentaram $IDR < 0,049$ no ano de 2000 não conseguiram melhorar seus indicadores proporcionalmente às outras microrregiões e permaneceram com essa classificação em 2007.

A análise do Desenvolvimento Econômico Regional paranaense mostrou que a microrregião de Curitiba não só é a mais desenvolvida do Estado, como está aumentando a diferença entre ela e as demais microrregiões. Essa diferença é maior no indicador econômico.

Uma das variáveis em que quase todas as microrregiões conseguiram aumentos percentuais maiores que o da microrregião de Curitiba foi o consumo de energia elétrica setorial (rural, industrial e comercial). Isso demonstra que a concentração do consumo de energia elétrica setorial em torno da microrregião de Curitiba está diminuindo e se adensando pelo Estado.

A única microrregião que conseguiu diminuir sua discrepância econômica e social em relação à microrregião de Curitiba foi Paranaguá. Isso significa dizer que o ritmo de desenvolvimento de Paranaguá foi mais intenso que em Curitiba. Se esse nível de desenvolvimento persistir em Paranaguá, os níveis de desenvolvimento econômico dessas duas microrregiões podem, lentamente, convergir.

Já a tendência para as demais microrregiões paranaenses é de sofrer um aumento nas desigualdades, principalmente econômicas, vista o alto grau de concentração das atividades produtivas na Região Metropolitana de Curitiba.

As microrregiões que foram consideradas avançadas possuem uma dinâmica econômica e social que permite continuar a melhorar seus indicadores econômicos e sociais. Essa estrutura existente é essencial para a melhoria da atual capacidade de criar uma sociedade com maior oferta de bens e serviços com qualidade de vida para a população.

As microrregiões denominadas em transição e retardatárias devem usar de seus recursos humanos e institucionais para promoção de ações para diminuir os entraves existentes e identificar as aptidões dessas regiões para estimular um desenvolvimento endógeno.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel, Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

FONSECA, Manuel Alcino. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thompson, 2006.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Teoria política do desenvolvimento econômico**. 8.ed. São Paulo: Nacional, 1983.

GUALDA, Neio Lúcio Peres. **IDR**: proposta metodológica. Texto para discussão. Programa de Mestrado em Economia - PME. Universidade Estadual de Maringá, 1995.

HADDAD, Paulo. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 35, n. 3, p. 119-146, 2009.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2010.

_____. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 1.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADATA). Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 1 jul. 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Base de dados**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 23 jul. 2010

KUZNETS, Simon. Crescimento econômico moderno: descobertas e reflexões. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 225-239, 1985.

_____. **Crescimento econômico moderno**: ritmo, estrutura e difusão. São Paulo: Abril Cultural, 1986. (Coleção os economistas).

_____. Crescimento Econômico e Desigualdade de Rendimento. In: SILVA, M. (Org.) **Desenvolvimento econômico e repartição do rendimento**. Lisboa: Estampa, 1983. p. 21-50

MELO, João Paulo Barbosa. A problemática e as políticas de desenvolvimento local. In: COSTA, J. S. (Org.) **Compêndio de economia regional**. Associação Portuguesa para o desenvolvimento regional. Coimbra: Portugal, 2002. p. 515-521.

NOJIMA, Daniel. **Teoria do desenvolvimento e economia regional**: uma análise da experiência brasileira, 1995-2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

OLIVEIRA, Cristiano. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: um enfoque da nova geografia econômica. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.10, n. 2, p. 93-116, maio/ago. 2005.

PELINSKI, Augusta. **Padrão de desenvolvimento econômico dos municípios do Paraná**: disparidade, dispersão, e fatores exógenos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Toledo, 2007.

PERROUX, François. Nota sobre a noção de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-155.

PIACENTI, Carlos Alberto. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2009.

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em:
<<http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=rais>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978.

SACHS, Jeffrey. Notas para uma nova sociologia do desenvolvimento econômico. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. (Org.) **Cultura importa**: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 71-88.

VIANA, Giomar. **Capital humano e crescimento econômico**: o caso da economia paranaense no início do século XXI. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Toledo, 2010.

Artigo recebido em: 11/06/2012

Artigo aprovado em: 31/07/2012